

Editorial&Opinião

**Editorial** A par do contentamento com os bons números da economia, com o turismo a crescer e o desemprego a descer, há outro Portugal, de miséria mais ou menos escondida, ao qual não se pode ficar indiferente

O país que fica para trás

Há umas semanas, escrevemos abundantemente neste jornal sobre o flagelo dos sem-abrigo, as promessas de combater a situação e as medidas que se avançam para atacar o problema. Agora, olhamos para outra face da miséria no país. Há mais de 25 mil famílias que ainda vivem em barracas, em condições infra-humanas e com necessidades urgentes de realojamento. Numa altura em que os bons números da economia, que são bem reais, estão muito presentes no discurso público, é bom não esquecer este outro lado da moeda de um país que avança e cresce e se moderniza, mas em que ainda existem focos importantes de miséria e pobreza aguda. Não se pretende obviamente minorizar seja de que forma for o lado mais dinâmico da nossa economia e da nossa sociedade. Pretende-se, antes disso, mostrar que o país não é a preto e branco. Obviamente que não é tudo mau, longe disso, mas como é fácil constatar ainda há muita coisa muito mal. No título deste editorial escrevemos “o país que fica para trás”. Pois o problema é exatamente esse. É que não podemos conformar-nos com a existência de um país que fica para trás. Porque enquanto esse país existir, somos todos nós que ficamos para trás.

Uma semana bem difícil

A eleição de Rio foi muito disputada. As divisões no partido sentiram-se até no congresso do PSD no último fim de semana, apesar dos esforços manifestos de unidade que o novo líder ensaiou. E o que aconteceu nos dias subseqüentes, com a polémica a crescer em torno de Elina Fraga e a autêntica rebelião na bancada parlamentar, mostra que os tempos de Rio à frente do PSD não vão ser fáceis, a começar dentro de casa. Mas o sinal de abertura e construção de pontes que deu ao encontrar-se com António Costa é algo que deve ser realçado, sobretudo depois de anos em que primeiro-ministro e líder da oposição mal se podiam ver.

**Propriedária/Editora:** IMPRESA PUBLISHING S.A.  
Sede: Rua Calvet de Magalhães, 242, 2770-022 Paço de Arcos, NIPC: 501984046.  
**Administração da IMPRESA PUBLISHING:** Francisco Pinto Balsemão, Francisco Maria Balsemão, Francisco Pedro Balsemão, Paulo de Saldanha, José Freire, Raul Carvalhal das Neves e Rogério Canhoto.  
**Composição do Capital da Entidade Proprietária:** 100.000 euros, 100% propriedade da Impresa - SGPS, S.A. NIPC 502437464  
Registo da publicação na ERC: 101.101 ISSN-0870-1970

**Direção Geral de Informação IMPRESA:**  
Ricardo Costa (diretor geral), Alcides Vieira (diretor geral adjunto)

**Publisher e Diretor:**  
Pedro Santos Guerreiro

**Diretor-Executivo:**  
Martim Silva

**Diretores-Adjuntos:**  
João Vieira Pereira e Miguel Cadete

**Diretor de Arte:**  
Marco Grieco

**Redatores e Repórteres Principais:**  
Luísa Meireles e Virgílio Azevedo

**Editor-executivo:**  
Germano Oliveira

**Editores:**  
Helena Pereira (Política), Rui Gustavo (Sociedade), Pedro Cordeiro (Internacional), Pedro Lima (Economia), Jorge Araújo (Revista E) e José Cardoso (Editor-adjunto Expresso Diário)

**Coordenadores Gerais de Arte:**  
Jaime Figueiredo (Infografia), João Carlos Santos (Fotografia), e Mário Henriques (Desenho)

**Coordenadores:**  
Raquel Moleiro (Sociedade), Ana Sofia Santos (Economia), Vítor Silvestre (Economia), Vítor Andrade (Economia), Pedro Candeias (Desporto), Ricardo Marques (Revista E), Rui Tentúgal (Revista E), Valdemar Cruz (Porto) e Paulo Luís de Castro (Multimédia)

**Documentação (Gesco):**  
schliente@gesco.impresa.pt

**Redação, Administração e Serviços Comerciais:**  
Rua Calvet de Magalhães, 242 2770-022 Paço de Arcos  
Tel: 214 544 000  
ipublishing@impresa.pt

**Delegação Norte:**  
Rua Conselheiro Costa Braga, 502; 4450-102 Matosinhos  
Tel: 220 437 000

**Publicidade:**  
Pedro Fernandes (diretor), Miguel Simões (diretor comercial adjunto), João Paulo Luz (diretor comercial digital), Ângela Almeida (diretora da Delegação Norte); Hugo Rodrigues (diretor publicidade agências), Dinorá Casanova e Nuno Martins (gestores de conta); Carlos Lopes (diretor publicidade diretos), Miguel Diniz e Sérgio Alves (gestores de conta); Marta Teixeira e Helena Almeida (gestores de conta da Delegação Norte)  
Tel: 214 544 073/214 698 798  
Fax: 214 698 516

**Publicidade On Line**  
publicidadeonline@impresa.pt

**Marketing, Comunicação e Criatividade:**  
Mónica Balsemão (diretora), Ana Paula Baltazar (coordenadora de marcas de informação), Susana Freixo (gestora de marcas) e Carla Martins (coordenadora de comunicação para relações externas)

**Produção:**  
Maria João Lopes (diretora), João Paulo Batlle y Font (coordenador), Carlos Morais e Joaquim Rodrigues (produtores)

**Circulação e Assinaturas:**  
Pedro M. Fernandes (diretor), Milton Silva (responsável pela circulação) e Rita Silva (responsável pelo serviço de apoio ao cliente)  
Serviço de Apoio ao Assinante:  
Tel: 214 698 801 (dias úteis, das 9h às 19h)  
Fax: 214 698 501; e-mail: apoio.cliente.ip@impresa.pt

**Atendimento ao Ponto de Venda:**  
pontodevenda.ip@impresa.pt

**Impressão:**  
Lisgráfica, Casal de Stº Leopoldina, 2745 Queluz de Baixo

**Distribuição:**  
VASP-MLP, Media Logistics Park Quinta do Grajal, Venda Seca 2735-511 Agualva Cacém  
Tel: 214 337 000  
Pontos de Venda: contactcenter@vasp.pt  
Tel: 808 206 545  
Fax: 808 206 133

Tiragem média de janeiro: **85.225 exemplares**

Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem

**APCT**  
Associação Portuguesa de Imprensa

**VISAPRESS**  
Direitos de Autor Protegidos

**Assinatura Expresso Digital**  
Anual - 9,90€ | 29% Desconto  
Semestral - 50,10€ | 45% Desconto  
Anual - 89,92€ | 51% Desconto  
Ligue 214 698 801 ou vá a [lojaimpresa.pt](#)  
(das 9h às 19h de 1ª a 5ª feira e das 10h às 17h de 6ª a 7ª feira)

Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem

**ESTATUTO EDITORIAL DISPONÍVEL EM**  
[www.impresa.pt/Lei78/2015](#)

QUE DIFERENÇA FAZ?



Pedro Adão e Silva  
Padaoesilva@gmail.com

A oportunidade de Rui Rio para deixar uma primeira impressão já passou. Uma semana depois, o novo PSD recentrou-se e projetou a imagem de um líder heterodoxo. No meio do ruído, que diferença fará esta nova liderança do centro-direita? Há sinais que não permitem segundas interpretações. No congresso, mas logo depois, Rio não hesitou em mostrar disponibilidade para compromissos com o Governo e quase ignorou o seu parceiro natural, ao ponto de se ter encontrado

com António Costa bem antes do que fará com Cristas. Não se faça, contudo, deste recentramento do PSD demonstração de que, subitamente, o partido assumiu uma matriz social-democrática — que, aliás, desde a cisão da ASDI, é impossível de descortinar. Rio está, apenas, e não é pouco, a recentrar um partido que se acantonou muito à direita. Como se verá, subsistem diferenças substantivas entre PSD e PS em matérias centrais — da saúde à educação passando pela proteção social. Mas os órfãos do passismo farão tudo para sugerir que o PSD de Rio se está a aproximar programaticamente do PS. Até porque em matéria de justiça — sintomaticamente um tema que se tornou a réstia de esperança da anterior direção — Rio ultrapassa e muito Costa na divergência face ao Passos Coelho dos últimos dias.

Para quem pudesse ter dúvidas, bastou um par de dias para ficar demonstrada a heterodoxia de Rui Rio. O agora líder do PSD é um político atípico, não formatado pelos mecanismos mediáticos dominantes e que tem uma inclinação natural para o confronto impopular. Esta semana, acabou por ter muito tempo de antena por força de um episódio que é consensualmente visto como negativo — a escolha de Elina Fraga para vice-presidente. E se toda esta exposição não tiver sido negativa? Não se deve descartar, à partida, a hipótese de Rio vir a ser um protagonista político que ocupa centralidade mediática precisamente por operar ao arrepio das “boas práticas” mediáticas, matéria em que CDS, à direita, e BE, à esquerda, são muito eficazes. Por não estar contaminado pelas lógicas de comunicação dominantes, às quais se opõe, o líder do PSD pode transformar-se, paradoxalmente, num produto interessante mediaticamente, desde logo pela sua imprevisibilidade, e, com isto, ser capaz de falar diretamente aos eleitores. Mas desta semana fica também a dúvida: terá Rio capacidade para ultrapassar os mecanismos de intermediação ou, pelo contrário, o ruído, alimentado desde fora e promovido desde dentro, será tal que a sua capacidade de afirmação estratégica estará irremediavelmente comprometida? Passos Coelho era capaz de consolidar os 30% do eleitorado manifestamente de centro-direita, Rio quer recuperar os 800 mil votos perdidos, mas enquanto o PSD estiver entretido a malhar no PSD pode ficar numa terra de ninguém. Com perdas à direita para o CDS e com o PS a capitalizar ao centro.

Deputado do PSD ao Parlamento Europeu, sobre o financiamento europeu  
Lucros do BCE devem ajudar Europa

José Manuel Fernandes

O primeiro-ministro, António Costa, deu argumentos aos populistas, ao confundir impostos europeus com novos recursos próprios para o orçamento da UE. As instituições europeias não podem criar impostos, porque essa competência é exclusiva dos parlamentos nacionais. O atual modelo de financiamento do orçamento leva à divisão entre contribuintes e beneficiários líquidos, à lógica da *juste retour* e a compensações a vários Estados-membros alicerçadas no “I want my money back”. Isto acontece porque cerca de 85% das receitas do orçamento da UE resultam de transferências nacionais (em função do rendimento nacional bruto e do IVA) e apenas 15% dos direitos aduaneiros. A contribuição da Alemanha e da França corresponde a 38% do orçamento da UE. Portugal contribui apenas com 1,4% e recebe mais do dobro. O orçamento da UE precisa de verdadeiros recursos próprios! A tarefa não é fácil, uma vez que a decisão sobre o financiamento implica unanimidade no Conselho e a

discussão nacional é populista e falaciosa. A saída do Reino Unido diminuirá a receita líquida anual do orçamento, após 2020, em cerca de 10 mil milhões de euros. Mas as prioridades e os desafios da UE não diminuem. A UE terá de continuar empenhada na promoção do crescimento da economia e do emprego, no reforço da coesão territorial e social e no combate às alterações climáticas. Acresce que a UE vai ter novas responsabilidades na área da proteção civil, segurança e defesa. A conclusão é óbvia: o montante do orçamento da UE deve ser aumentado. O atual Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2014/2020 é manifestamente pequeno, correspondendo — apenas — a cerca de 1% do RNB da UE (equivalente a 1% do PIB). O Parlamento Europeu aprovará, em março, uma resolução sobre o próximo QFP (2021 a 2027) propondo que o orçamento seja de 1,3% do RNB. A Comissão Europeia é menos ambiciosa e vai propor, em maio, um QFP entre 1,1% e 1,2% do RNB. A preços correntes, 1,3% do RNB representa (na UE a 27) um orçamento anual de 175 mil milhões de euros, o que permitiria manter o montante dos envelopes para a

política de Coesão e da Agricultura, reforçar o programa de investigação/ inovação e do Erasmus+, criar uma nova linha orçamental para a conclusão da União Económica e Monetária e para o Fundo Monetário Europeu, e concretizar a nova rubrica de segurança e a defesa. É essencial reforçar a receita sem penalizar os contribuintes. Por isso, defendo que parte dos lucros do Banco Central Europeu seja receita do orçamento da UE. Também concordo com as propostas já consensualizadas no PE, e que António Costa veio apresentar como suas e chamar-lhes — erradamente — impostos europeus, como, por exemplo, a taxa sobre as transações financeiras, a tributação sobre as empresas do sector digital e a relativa ao comércio das licenças de emissão. Portugal tem de lutar pela manutenção dos envelopes nacionais para a Política de Coesão e para a Agricultura, que representam mais de 11,5 milhões de euros por dia. Hoje, mais de 75% do investimento público em Portugal têm origem no orçamento da UE! Portugal ganha com um Orçamento Europeu reforçado através de novos recursos próprios que não penalizem o contribuinte.

Presidente da ANAM, sobre o primeiro congresso do organismo, para a semana  
Assembleias municipais, prólogo ou epílogo?

José Manuel Pavão

Se tudo correr como é nosso desejo e temos estado a tratar, no próximo dia 3 de março terá lugar em Lisboa, no Fórum Roma, o I Congresso da Associação Nacional das Assembleias Municipais! Se bem que para alguns de nós seja compreensivelmente o epílogo de uma já longa caminhada que começou na bonita e acolhedora cidade de Mirandela, porta de entrada do olvidado Nordeste Transmontano quando a 7 de maio de 2015 os doze presidentes das assembleias municipais do distrito de Bragança, mais alguns homólogos do continente e regiões autónomas, fizeram o primeiro registo notarial dos estatutos, para o signatário que ora exerce funções de presidente da direção desta jovem associação, o atrás referido congresso será mais o prólogo de um tempo novo que irá trazer ao poder local em Portugal, uma nova dinâmica e a clarificação de que tanto necessitam alguns dos seus órgãos. Decorridos que estão já quatro mandatos como presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, ninguém me venha dizer que as Assembleias Municipais têm cumprido a nobre e importante missão que o legislador constituinte lhes quis atribuir! Na verdade, remetidas para um papel se-

cundário no espaço municipal, as assembleias emergem cada dois meses para discutir e deliberar longos processos sobre assuntos que poucos leem e preparam, para de seguida hibernarem até nova sessão agendada no calendário regimental. Para cumprir a sua missão as assembleias municipais precisam de ser independentes, o que não acontece até agora, pois enquanto um órgão fiscalizador depender do órgão fiscalizado, o seu papel ficará sempre condicionado e sob suspeita! De facto, é hoje sobejamente reconhecido que esta ação fiscalizadora sofre uma preocupante distorção que decorre dos presidentes de juntas de freguesia se aproximarem frequentemente das posições do presidente de câmara em nome dos interesses das freguesias que os elegeram, colocando em lugar secundário os interesses municipais. Esta é, a meu ver a questão mais importante a refletir e decidir nos tempos mais próximos. Há que garantir dignidade ao órgão autárquico, que é o mais genuíno e legítimo representante do povo eleitor! As Assembleias Municipais precisam de espaço e orçamento próprio. É a elas e só a elas que cumpre selecionar ou contratar o pessoal de apoio administrativo ou jurídico qualificado, não podendo ficar à mercê da decisão do presidente do executivo camarário. Precisam de informação atempada e

de reuniões regulares com periodicidade pelo menos mensal e precisam também que as suas comissões permanentes ou especializadas, como são por exemplo as da saúde, educação, finanças ou urbanista tenham iniciativas próprias o que exige informação prévia e apoio adequado. Os grupos municipais se não forem coesos como se deseja, devem pelo menos estar organizados para exercerem uma posição sábia e construtiva. Verdadeiras escolas de cidadania e formação de quadros políticos no futuro, as assembleias municipais exigem reforma urgente para que o poder local possa ser mais democrático, participado e pedagógico. Claro que haverá sempre iluminados que nos venham apontar com os gastos num país assombrado por uma dívida gigantesca, mas nem sequer as notícias recentes e insidiosas sobre as despesas da assembleia municipal de Lisboa são razões bastantes para fazer tremer as nossas razões. De facto, e isso está plenamente comprovado, bastaria menos de 0,2% do orçamento de cada município para que as assembleias municipais pudessem cumprir a sua missão. É este o desafio que a ANAM tem pela frente e que irá discutir no seu próximo e primeiro congresso, onde a presença dos mais altos dignitários da nação será testemunho não apenas convincente, mas sobretudo encorajador.